

EMENDA Nº - CAE

(ao Projeto de Lei nº 2.484, de 2022)

O art. 1º do PL nº 2.484, de 2022, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 5º A consulta de que trata o *caput* poderá tratar sobre a adequação da estruturação dos negócios do sujeito passivo ou das formas jurídicas que adotar.

§ 6º Na hipótese do § 5º, deve ser resguardado o sigilo das informações consideradas sensíveis pelo sujeito passivo relacionadas ao seu negócio, se por ele requerido.

§ 7º É admitida a consulta prévia em relação a formas, a operações e a atos ainda não praticados, desde que comprovada a relevância jurídica da questão para o consulente." (NR)

JUSTIFICATIVA

Há tempos se discute sobre a possibilidade de implantação de um Código de Defesa dos Contribuintes. Com o avanço das discussões compreendeu-se a importância do instrumento da consulta, que passou a ser objeto de atenção nos respectivos projetos.

Recentemente, foi aprovado na Câmara dos Deputados o PLP nº 17, de 2022, que pretendia implementar a consulta fiscal nos demais entes federativos, adotando uma regulamentação já existente no âmbito da União e trazendo ótimas inovações. Entretanto, pela complexidade da matéria, elas permanecem em debate.

Entendemos que este é o fórum adequado para discutir sobre as novidades no instrumento da consulta, ainda que apenas no âmbito federal. Assim, para aproveitar

as contribuições relativas à matéria, estamos propondo que seja autorizada a sua utilização da consulta de modo preventivo, bem como a possibilidade da verificação prévia sobre a adequação das formas jurídicas e das estruturas das atividades do contribuinte.

Isso contribuirá para termos maior segurança jurídica e, consequentemente, um melhor ambiente de negócios em nosso País.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala da Comissão,

Senador MECIAS DE JESUS REPUBLICANOS/RR